

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.488.443 - MG (2019/0108271-6)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : CREFISA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS
ADVOGADOS : TASSIA RODRIGUES MARTINS - MG127265
ISABELA OLIVEIRA LAPA - MG128457
AGRAVADO : MARIA DIAS DA SILVA
ADVOGADO : LUCIANO DA ROCHA GREGÓRIO - MG088579

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por CREFISA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre apresentado, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, assim ementado:

APELAÇÃO - DESCONTOS EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO - AUSÊNCIA DE PROVA DA CONTRATAÇÃO VÁLIDA - CONTRATANTE ANALFABETO - DANOS MORAIS - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

- Inexistindo prova da contratação válida, os descontos efetuados nos proventos de aposentadoria são irregulares. Hipótese em que o réu não foi capaz de comprovar de maneira segura a celebração do negócio pela autora.

- Evidenciado que os descontos indevidos nos proventos de aposentadoria da autora, verba de caráter alimentar, repercutiu nos seus direitos da personalidade, deve ser julgado procedente o pedido de reparação por danos morais.

- A sucumbência parcial de um dos litigantes em parte mínima do pedido implica na responsabilidade do outro, por inteiro, pelas despesas e pelos honorários advocatícios do patrono adverso.

Quanto à controvérsia pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega a violação dos arts. 43 do CDC e 927 do CC, no que concerne inexistência de dano moral na espécie, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

O V. Acórdão proferido feriu o art. 927 do Código Civil, na medida em que manteve a condenação da Recorrente em indenizar a Recorrida pelos danos morais supostamente sofridos.

Referido dispositivo prevê a necessidade de configuração de três requisitos para a caracterização do dever de indenizar, quais sejam: o ato ilícito, o dano e o nexo de causalidade entre o dano e o comportamento ilícito.

Contudo, tais requisitos não estão presentes nesta demanda, como já efetivamente comprovado.

A Recorrente não praticou qualquer ato ilícito porque apenas realizou descontos da Recorrida por força do contrato de empréstimo por ela firmado.

Ora, a Recorrente comprovou nos autos que o empréstimo foi requerido pela Recorrida e o valor correspondente creditado em seu favor. Ademais, demonstrou a Recorrente que tomou todas as cautelas necessárias para a formalização do negócio, tendo solicitado à Recorrida todos os seus documentos originais no momento da celebração do empréstimo.

[...]

Portanto, não há uma relação de causalidade entre qualquer antijuridicidade praticada pela Recorrente e qualquer mal causado aa Recorrida, razão pela qual também não restou configurado o nexo causal.

Dessa forma, verifica-se que o V. Acórdão foi proferido em violação ao artigo 927 do Código Civil, na medida em que condenou a Recorrente no pagamento de indenização por danos morais, quando não restaram configurados os requisitos ensejadores a tal tipo de indenização (fls. 293/296).

Quanto à controvérsia pela alínea "c" do permissivo constitucional, alega que o montante aplicado a título de indenização por danos morais se mostrou excessivo, divergindo, desse modo, de julgado do STJ.

É o relatório. Decido.

Quanto à controvérsia pela alínea "a", no tocante à alegada ofensa ao art. 43 do CDC, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente não demonstra, de forma direta, clara e particularizada, como o acórdão recorrido violou tal dispositivo de lei federal apontado, o que atrai, por conseguinte, a aplicação do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou que: “[a] argumentação recursal em torno de normas infraconstitucionais não pode ser meramente genérica, sem o desenvolvimento de teses efetivamente vinculadas a elas e sem a demonstração objetiva de como o acórdão recorrido as teria violado. Incidência da Súmula 284/STF” (REsp n. 1.293.548/SP, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/6/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.442.952/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/2/2017; EDcl no AgRg no AREsp n. 422.103/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 13/10/2014; AgRg no AREsp n. 413.345/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 22/10/2015; e AgRg no AREsp n. 634.545/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 18/5/2015.

Quanto à controvérsia pela alínea "a", referente à alegada ofensa ao art. 927 do CC, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim se manifestou:

Em que pese ter o réu alegado que os contratos foram celebrados para desconto das parcelas em conta corrente da autora e não em seu benefício previdenciário, pela análise dos documentos juntados, verifica-se que o pagamento do benefício previdenciário dela ocorre através de disponibilização de crédito em sua conta corrente, tendo sido os descontos efetuados nessa conta.

É fato nos autos que a demandante é analfabeta.

Há nos contratos, no campo destinado à assinatura do cliente, a aposição de uma digital. Em vista da deficiência probatória, não há como se afirmar que tal impressão é a mesma lançada na procuração que acompanhou a petição inicial, ou seja, não há como deduzir e que são da mesma pessoa. E ainda, não fosse isso, mais importante é deixar claro e evidenciado que, sendo analfabeta e havendo irregularidades formais no contrato, não se há afirmar do pleno conhecimentos do fatos contratados pela autora.

Apesar de o contrato prever a disponibilização do crédito na conta da autora, os extratos bancários juntados não foram capazes de comprovar que o tal valor foi creditado.

No primeiro contrato de empréstimo pessoal, como testemunhas, assinaram Tais Ribeiro Portes e Juliana Aparecida, cujas identidades não podem ser verificadas com precisão. No segundo, duas pessoas cujos nomes encontram-se ilegíveis.

Neste contexto não há elementos seguro de prova da contratação pela autora, sendo que é do réu, o ônus de comprovar que os contratos foram celebrados pela demandante.

A sentença, então, deve ser mantida.

Sobre os danos morais, é certo que os descontos mensais indevidos efetuados na conta corrente em que a autora recebia seus proventos de aposentadoria, verba de caráter alimentar, repercutiu nos seus direitos da personalidade, ensejando ao réu o dever de indenizar. Não há elementos que indiquem que o réu foi cauteloso na sua contratação, pois diferente do alegado não foram apresentados sequer os documentos pessoais da autora. É claro que esse fato, grave, não repercute somente na esfera patrimonial da autora, que se viu obrigada a ajuizar medida judicial para resolver o

impasse. É ele capaz de influenciar os seus valores pessoais negativamente, ferindo-os bruscamente (fls. 253/254).

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 07/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Quanto à controvérsia pela alínea "c", na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar com precisão quais dispositivos legais seriam objeto de dissídio interpretativo, o que atrai, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou que: “uma vez observado, no caso concreto, que nas razões do recurso especial não foram indicados os dispositivos de lei federal acerca dos quais supostamente há dissídio jurisprudencial, a única solução possível será o não conhecimento do recurso por deficiência de fundamentação, nos termos da Súmula 284/STF” (AgRg no REsp n. 1.346.588/DF, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe de 17/3/2014).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já**

arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

